



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto de Lei nº 44/2015 (Autoria do Deputado Ney Leprevost)

Instituição do Dia da Araucária, a ser comemorado anualmente em 7 de junho.

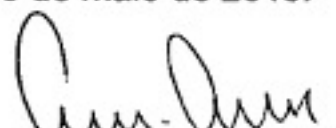
**Art. 1º** Institui o Dia da Araucária, a ser comemorado anualmente em 7 de junho.

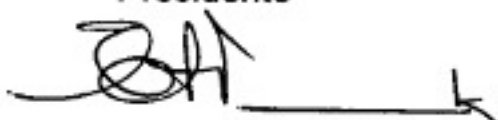
**Art. 2º** A data ora instituída passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 6 de maio de 2015.

  
ALEXANDRE CURI  
Presidente

  
ALEXANDRE CURI  
Presidente

  
Relator  
Pablo Esser

  
Relator



## PROJETO DE LEI Nº 152/2015

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 02 MAR. 2015

*mauch*  
1º Secretário

EMENTA: Inserção no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a Feira da Louça de Campo Largo, realizada em setembro.

Art. 1º Insere no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná, a feira da Louça de Campo Largo, realizada anualmente, com uma semana de duração, entre o dia 14 de setembro e 30 de setembro.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 02 de março de 2015.

*Alexandre Marcel Kuster Guimarães*  
Deputado Estadual

ALEXANDRE MARCEL KUSTER GUIMARÃES

### JUSTIFICATIVA

O Sindicato Empresarial das Indústrias de Porcelana e Cerâmica do Paraná em parceria com a Prefeitura de Campo Largo realizam a Feira Nacional da



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
***Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury***



Louça no município de Campo Largo, todos os anos. Este evento atrai as grandes, médias, pequenas e micro empresas, bem como pintores e artesãos de todo o Brasil. É de conhecimento de todos que qualquer município que deseje o pleno desenvolvimento deverá, necessariamente, investir em ações e sem dúvida, a que apresenta maiores/melhores possibilidades de participação, pois o sucesso da feira depende, essencialmente, da participação de toda a comunidade.

A Feira da Louça tem como objetivo principal a oportunidade de negócios para empresas de cerâmica e porcelana dos mais diversos portes, sediadas em Campo Largo. As empresas poderão comercializar direto com o público seus produtos e uma ótima oportunidade de apresentar institucionalmente sua empresa aos visitantes, bem como fazer o lançamento de produtos. A Feira é conhecida em vários países, abrindo as portas para Campo Largo em âmbito internacional.



**PARECER**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o Projeto de Lei (PL) nº 152, de 2015, de autoria do Deputado Alexandre Guimarães que objetiva a *"inserção no calendário oficial de eventos do Estado do Paraná a Feira da Louça de Campo Largo, realizada em setembro"*.

Relator: **Dep. PEDRO LUPION**

**I. Relatório**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Alexandre Guimarães, tem por finalidade inserir no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a Feira da Louça de Campo Largo, a ser realizada anualmente, no mês de Setembro, com duração de uma semana entre o dia 14 e 30 de setembro.

É o relatório.

**II. Fundamentação**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

*Art. 33-A – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:*

*I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.*



# PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

*Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.*

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembleia:

*Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.*  
*Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.*

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL dispõe em seu artigo 215, caput, que é de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

*Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.*

E mais, a Lei 16773, de 2010, a qual declara o município de Campo Largo a capital da Louça e Porcelana de Mesa e da Cerâmica.

O que também justifica o presente projeto de lei Nº152, de 2015. Dando um enfoque maior quanto ao Título dado de "Capital da Louça e Porcelana de Mesa e da Cerâmica".

Além disso, conforme abaixo se denota o objeto da ora proposição se amolda ao artigo 165 da Constituição Estadual do Paraná:

*Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o*



# PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



*trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.*

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o projeto em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar Federal nº 95/98, bem como, no âmbito estadual, da Lei Complementar nº 176/2014, as quais dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

## III. Conclusão

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente PL, em virtude da sua constitucionalidade e legalidade.

Sala das Comissões, 27 de maio de 2015.

*[Assinatura]*  
Deputado

*[Assinatura]*  
Deputado PEDRO LUPION  
Relator

*[Assinatura]*  
Deputado Nelson Justus  
Presidente

*[Assinatura]*  
Deputado Francisco

*[Assinatura]*  
Deputado

*[Assinatura]*  
Deputado

*[Assinatura]*  
Deputado

*[Assinatura]*  
Deputado NELSON JUSTUS  
Presidente

*[Assinatura]*  
Deputado Francisco

*[Assinatura]*  
Deputado

*[Assinatura]*  
Deputado

*[Assinatura]*  
Deputado

**APROVADO**

27.05.15

Página 3 de 3



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.  
Em, 17 MAR 2015  
1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 192/2015

**Súmula:** Concede Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Wilson de Matos Silva Filho.

**Art. 1º** - Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Wilson de Matos Silva Filho.

**Art. 2º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16 de março de 2015.

DR. BATISTA  
Deputado Estadual



## JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei visa conceder o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Wilson de Matos Silva Filho.

FORMADO EM ADMINISTRAÇÃO PELA UNICESUMAR, ESPECIALISTA EM MARKETING E MESTRE EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PELA UNIVALI - SC E TAMBÉM MESTRE EM GESTÃO EM EDUCAÇÃO PELA UNIMAR - SP.

ATUALMENTE TEM DESEMPENHADO A FUNÇÃO DE VICE-REITOR DA UNICESUMAR E SEU ENGAJAMENTO COM AS CAUSAS PÚBLICAS ESTÁ SEMPRE PRESENTE. ESTEVE NA PRESIDÊNCIA DO COPEJEM (CONSELHO DO JOVEM EMPRESÁRIO DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE MARINGÁ) EM DUAS GESTÕES, DE 2000 A 2003 E, DESDE 2006, É VICE-PRESIDENTE PARA ASSUNTOS DE SERVIÇOS DO CAD - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ACIM, COMO TAMBÉM É MEMBRO DO CONSELHO DE INTEGRAÇÃO UNIVERSIDADE - COMUNIDADE DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, GESTÃO 2012-2014.

WILSON FILHO FOI AINDA PRESIDENTE DO ROTARY CLUB MARINGÁ LESTE, NA GESTÃO 2002-2003. ATUALMENTE, RESPONDE COMO PRESIDENTE POR DUAS IMPORTANTES ENTIDADES LOCAIS, O SINEPE - SINDICATO DAS ESCOLAS PARTICULARES DO NOROESTE DO ESTADO DESDE 2011 E A SOCIEDADE RURAL DE MARINGÁ DESDE 2012.

COMO VICE-REITOR DA UNICESUMAR PARTICIPOU ATIVAMENTE NO DESENVOLVIMENTO, IMPLANTAÇÃO, DIVULGAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DAS UNIDADES DE NEGÓCIOS DA FAMÍLIA, QUE HOJE ABRANGE 7 DIFERENTES EMPRESAS, CADA UMA ATENDENDO EM ÁREAS DISTINTAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E ENSINO, SÃO ELAS: COLÉGIO OBJETIVO, FARMÁCIA ESCOLA UNICESUMAR, RESTAURANTE LEV GRILL, UNICESUMAR - CENTRO UNIVERSITÁRIO, HOSPITAL VETERINÁRIO, CENTRO DE BIOTECNOLOGIA E REPRODUÇÃO - BIOTEC E LIVRARIA CAMPUS.

WILSON FILHO PASSOU A RESPONDER PELA GESTÃO ADMINISTRATIVA DA UNICESUMAR E, JUNTO COM O PAI, O ENTÃO SENADOR EM EXERCÍCIO WILSON DE MATOS SILVA, FOI RESPONSÁVEL PELO GRANDE AVANÇO DA



INSTITUIÇÃO, QUE HOJE É UMA DAS PRINCIPAIS DO ESTADO E RECONHECIDA EM TODO O BRASIL.

HOJE A INSTITUIÇÃO TEM O MELHOR ÍNDICE DE QUALIDADE ENTRE TODOS OS CENTROS UNIVERSITÁRIOS PRIVADOS DO SUL DO PAÍS, CONTA COM 65 MIL ALUNOS E OFERECE MAIS DE 46 CURSOS DE GRADUAÇÃO E OUTROS 52 DE PÓS-GRADUAÇÃO (STRICTO E LATO-SENSU), ALÉM DE MESTRADOS NAS ÁREAS DO DIREITO, SAÚDE, TECNOLOGIAS LIMPAS, PROMOÇÃO DA SAÚDE E GESTÃO DO CONHECIMENTO NAS ORGANIZAÇÕES, LEVANDO TAMBÉM A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA PARA PESSOAS DE NORTE A SUL DO PAÍS, POR MEIO DE 58 POLOS DE ENSINO À DISTÂNCIA, OFERECENDO 27 CURSOS DE GRADUAÇÃO E 21 DE PÓS-GRADUAÇÃO. ESTE ANO TEM TRABALHADO PARA ABRIR CURSOS PRESENCIAIS EM MAIS CINCO CIDADES DO ESTADO - CURITIBA, PONTA GROSSA, GUARAPUAVA, LONDRINA E APUCARANA.

Sendo assim contamos como apoios dos Nobres pares para aprovação da presente propositura



**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 192/2015**

**Projeto de Lei n.º 192/2015**

**Autor:** Deputado Dr. Batista

**SÚMULA:** Concede Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, ao Senhor Wilson de Matos Silva Filho.

**EMENTA:** TÍTULO DE CIDADÃO BENEMÉRITO. LEI 13.115/01 ALTERADA PELAS LEIS 14.667/05 E 16.213/09. POSSIBILIDADE FACE AO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS EXIGIDOS. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Dr. Batista, tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Wilson de Matos Silva Filho.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada.



**PODER LEGISLATIVO**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal n.º 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Dispõe a Lei 13.115 de 14/02/2001 alterada pelas Leis de nº 14.677 de 06/04/2005 e 16.213 de 17 de agosto de 2009:

Art. 1º. O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa com reputação ilibada e conduta pessoal e profissional irrepreensíveis que tenha prestado relevantes serviços de abrangência estadual e de contribuição significativa para todo Estado do Paraná e que satisfaça ao menos 4 (quatro) das seguintes condições:

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

I - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

II - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

III - biografia com registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacional e da cidadania;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

IV - notório conhecimento e saber na área de atuação;



**PODER LEGISLATIVO**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

V - publicações de abrangência estadual em periódicos, jornais, revistas ou outros meios de comunicação.

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

Parágrafo único. No momento da propositura devem ser anexadas certidões negativas e criminais, com a finalidade de comprovar sua reputação ilibada, conduta profissional e pessoal irrepreensíveis do homenageado e demais documentos para atendimento ao disposto no caput deste artigo.

(Incluído pela Lei 16213 de 17/08/2009)

Diante da previsão legal, verifica-se que cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento da Assembleia Legislativa apresentar projetos de lei concedendo título de cidadão benemérito, de forma que o parlamentar subscritor possui legitimidade para propor o presente Projeto.

No mesmo sentido, diante da informação da liderança, através de ofício (anexo), o partido ainda possui quotas para concessão do referido título de cidadão benemérito.

No que tange aos requisitos exigidos pela Lei, estes restam preenchidos, com as certidões necessárias devidamente juntadas, não encontrando óbices para normal tramitação do presente projeto de lei.

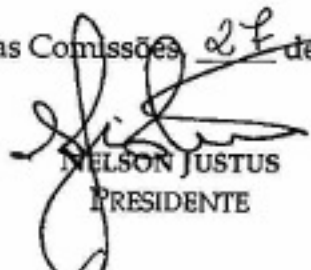



**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ


**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei, em virtude de sua legalidade e constitucionalidade.

Sala das Comissões, 27 de Abril de 2015.

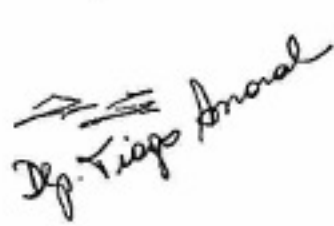
  
NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
BERNARDO RIBAS CARLI  
RELATOR

  
Dep. Francischini

  
Dep. Scaroni

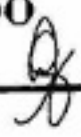
  
Dep. Fleury

  
Dep. Tiago Amoral

  
Dep. Dalgal

  
Dep. Pastor

**APROVADO**

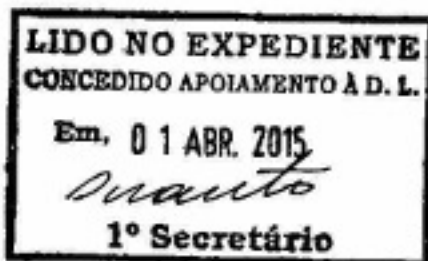
27.04.15 



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
18ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa



PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 14/2015



*Acresce o inciso XXVI ao art. 30 e art. 33 – Z ao anexo da Resolução nº 1 de 1º de março de 2005 – Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, objetivando criar a Comissão de Revisão e Consolidação Legislativa.*

**Art. 1º** - Fica acrescido o inciso XXVI ao Art. 30 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

**"Art. 30. (...)**

**(...)**

**XXVI – Comissão de Revisão e Consolidação Legislativa."**

**Art. 2º** - Fica acrescido o Art. 33 – Z ao Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

**"Art. 33 – Z. Compete à Comissão de Revisão e Consolidação Legislativa:**

**I** - debater, orientar, apoiar e fiscalizar a atuação do poder público estadual no que se refere à criação, atualização, compilação, compatibilização e consolidação normativa, sob o aspecto jurídico e social, a fim de harmonizar e desburocratizar a aplicabilidade e funcionalidade legislativa estadual;

**II** – analisar medidas que visem atender aos preceitos enunciados no inciso I, inclusive mediante acordos de cooperação com os Poderes e entidades enunciados no inciso anterior;

Gabinete Deputado Tiago Amaral  
3º andar – Gabinete 304  
Praça Nossa Senhora da Salette s/nº  
Curitiba – Paraná – CEP 80530-911



III – fiscalizar a eficácia, aplicabilidade e funcionalidade das Leis sancionadas pelo Poder Executivo, bem como dos atos normativos promulgados pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, sob o aspecto técnico, social e econômico, com vistas a sugerir sua revogação, adequação ou manutenção, inclusive mediante expedição de recomendações e requerimentos de informações aos órgãos competentes;

IV – atender as demandas apresentadas pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, através de seus Membros ou órgãos, outros Poderes Constitucionais, sociedade civil organizada e população em geral, através de requerimentos enviados à Mesa Executiva, à ouvidoria da Casa ou à própria Comissão.”

**Art. 3º** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

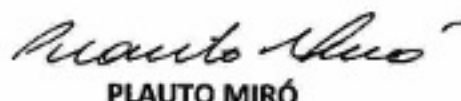
Sala das Sessões em, 25 de março de 2015.

  
**TIAGO AMARAL**

Deputado Estadual

  
**ADEMAR TRAIANO**

Deputado Estadual

  
**PLAUTO MIRÓ**

Deputado Estadual





**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
18ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa



**JUSTIFICATIVA**

O Regimento interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, em seu art. 121, § 2º a seguinte redação, referente às competências destinadas às resoluções:

**Art. 121.** *A Assembleia exerce a sua função legislativa por via de Projetos de Lei, de Resoluções ou de Decretos Legislativos.*

**§ 1º - (...)**

**§ 2º -** *Os Projetos de Resolução destinam-se a regular as matérias de caráter político, administrativo e processual, sobre os quais deva a Assembleia pronunciar-se, exclusivamente em casos concretos, tais como:*

*(...)*

*II – matéria de natureza regimental;*

*(...)*

Portanto, a forma empregada no projeto proposto adequa-se perfeitamente ao fim que se propõe, não havendo o que se falar em inadequação da via adotada.

No seu mérito, fazemos a análise do conteúdo proposto, com vistas ao seu cabimento e aplicabilidade.

Insta destacar, inicialmente que a criação de comissões na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná apenas se justifica quando tiver por objeto a análise técnico-legislativa ou especializada de processos legislativos e/ou programas governamentais, além dos processos fiscalizatórios, conforme se denota do art. 26, I do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Assim sendo, justifica-se a criação da Comissão Permanente de Revisão e Consolidação Legislativa diante da necessidade do desenvolvimento de um trabalho técnico legislativo no sentido de fiscalizar a funcionalidade e desburocratização do sistema normativo paranaense, a fim de torna-lo eficaz e eficiente, nos exatos termos dos preceitos constitucionais.

Gabinete Deputado Tiago Amaral  
3º andar – Gabinete 304  
Praça Nossa Senhora da Salette s/nº  
Curitiba – Paraná – CEP 80530-911



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
18ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa



Assim sendo, conforme nos ensina a doutrina acerca da criação normativa, temos que a Lei é o resultado do fenômeno social que exige mudanças e regulamentações com o escopo de reger a convivência de um certo grupo de pessoas.

Obviamente que a sociedade e suas necessidades se alteram com o passar do tempo, devido a diversos fatores. Por tal razão, as normas devem sofrer mutações para acompanhar as mudanças da sociedade.

Tanto a afirmação acima é verdade que a própria constituição estadual, que é a lei máxima, a regulamentação maior das relações sociais em nosso Estado tem procedimento para alteração previsto e inclusive já sofreu alterações.

Assim, é clarividente que a criação da comissão permanente em comento terá papel fundamental para promover a adequação das normas estaduais à atual realidade social, gerando maior eficácia e contribuindo para a desburocratização administrativa do Estado.

Nesse intuito é que se propõe o debate, a análise mediante pareceres técnicos e a fiscalização das normas já existentes e recém-sancionadas/promulgadas, através do trabalho contínuo de uma comissão permanente que venha de encontro ao interesse social paranaense de se possuir um conjunto normativo limitado à utilização e correta aplicabilidade.

A existência de uma estrutura permanente, com o escopo de revisar, atualizar, compilar, organizar e consolidar as normas, bem como contribuir para a desburocratização administrativa.

Por tais fundamentos é que se requer o apoio dos nobres parlamentares no sentido de aprovar a presente resolução.



**PODER LEGISLATIVO**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**

**PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 14/2015**

**Projeto de Resolução n.º 14/2015**

**Autor:** Deputado Tiago Amaral, Deputado Ademar Traiano, Deputado Plauto Miró

**SÚMULA:** Acresce o inciso XXVI ao art. 30 e art. 33- Z Ao anexo da Resolução nº 1 de 1º de março de 2005 - Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, objetivando criar a Comissão de Revisão e Consolidação Legislativa.

**EMENTA:** ACRESCE O INCISO XXVI AO ART. 30 E ART. 33- Z AO ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 1 DE 1º DE MARÇO DE 2005 - REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, OBJETIVANDO CRIAR A COMISSÃO DE REVISÃO E CONSOLIDAÇÃO LEGISLATIVA. POSSIBILIDADE. ARTS. 54, INC II DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL e 121 § 2º, INC II, DO REGIMENTO INTERNO. CONSTITUCIONAL. PARECER FAVORÁVEL.



**PODER LEGISLATIVO**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**

**PREÂMBULO**

O presente Projeto de Resolução, de autoria dos Deputados Estaduais Tiago Amaral, Ademar Traiano e Plauto Miró, acrescentar o inciso XXVI ao art. 30 e art. 33- Z Ao anexo da Resolução nº 1 de 1º de março de 2005 - Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, objetivando criar a Comissão de Revisão e Consolidação Legislativa.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada.

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

A Constituição Estadual estabelece a competência privativa da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná para elaborar seu regimento interno, conforme segue:

Art. 54. Compete, privativamente, à Assembleia Legislativa:

II - elaborar o Regimento Interno;



**PODER LEGISLATIVO**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**

Ademais, o Projeto de Resolução é o meio adequado para regular matéria de caráter administrativo, conforme dispõe o art. 121, § 2º, II do REGIMENTO INTERNO:

Art. 121. A Assembleia exerce a sua função Legislativa por via de projetos de lei, de resoluções ou de decretos legislativos.

§ 2º Os projetos de resolução destinam-se a regular as matérias de caráter político, administrativo e processual, sobre os quais deva a Assembleia pronunciar-se, exclusivamente em casos concretos, tais como:

II – matéria de natureza regimental;

Dessa forma, verifica-se que o Legislador Estadual possui a competência para apresentação do Projeto em Exame, bem como, verifica-se que o Projeto de Resolução é o meio adequado para efetuar a mudança regimental pretendida.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o projeto em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar Federal nº 95/98, bem como, no âmbito estadual, da Lei Complementar nº 176/2014, as quais dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

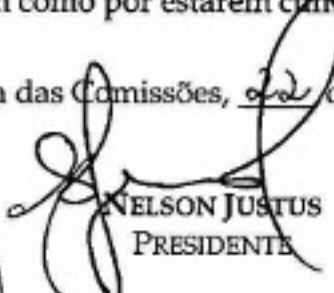



**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ


**CONCLUSÃO**

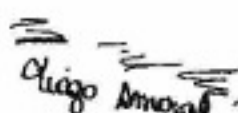
Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Resolução, em face de sua LEGALIDADE e CONSTITUCIONALIDADE, bem como por estarem cumpridos os requisitos legais de Técnica Legislativa.

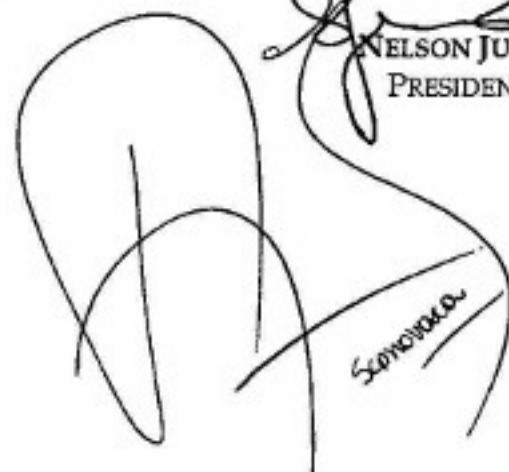
Sala das Comissões, 22 de Abril de 2015.

  
NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE


  
BERNARDO RIBAS CARLI  
RELATOR

 Leonardo

 Diego Amoral

 Semovoca

 Leonardo

 Loupian

 Paulo

**APROVADO**

22.04.15



**Protocolo nº: 1533/2015**

**Projeto de Resolução nº 14/2015**

**Autor: Comissão Executiva e Deputado Tiago Amaral**

**PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 14/2015**


**I – Relatório**

Trata-se de projeto de resolução de autoria da Comissão Executiva e do Deputado Tiago Amaral, cujo objetivo é a criação de uma **Comissão de Revisão e Consolidação Legislativa**, acrescentando o inciso **XXVI ao artigo 30**, bem como o **artigo 33-Z**, ambos no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Os Nobres Parlamentares aduziram na justificativa do projeto de resolução, a necessidade de criar uma Comissão de Revisão e Consolidação Legislativa, diante da necessidade do desenvolvimento técnico legislativo, no sentido de fiscalizar a funcionalidade e desburocratização do sistema normativo paranaense, tornando-o mais eficaz e eficiente nos termos dos preceitos constitucionais.

Aduzem ainda, que a sociedade diante de suas necessidades sofre mutações com o passar do tempo, devido a uma série de fatores, portanto as normas devem acompanhar tais mudanças.

Em seguida, após ser certificado que não existia nenhum projeto similar nesta casa (conforme certidão de fls. 06), foi protocolado um requerimento pelos Autores da presente proposição (protocolo nº 1.802/2015-DAP), em data de 01/04/2015, objetivando a inclusão do 2º Secretário - Deputado Ademir Bier como Coautor da mesma, conforme determina o art. 33, II do Regimento Interno desta Casa.







Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Comissão Executiva



A Comissão de Constituição e Justiça, no uso de suas atribuições, opinou pela aprovação do presente Projeto de Resolução, em face de sua legalidade e constitucionalidade, bem como por atender os requisitos legais de técnica legislativa.

**É o breve relatório.**

**II – Fundamentação**

O Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe, em seu art. 222, que as alterações atinentes ao seu conteúdo devem se dar por meio de projetos de resolução e ainda, que cabe à Comissão Executiva interpor parecer sobre tais projetos, *in verbis*:

**Art. 222** O Regimento só poderá ser modificado por meio de projetos de resolução, cabendo à Comissão Executiva interpor parecer sobre qualquer projeto nesse sentido.

Primeiramente, no tocante à constitucionalidade, destaca-se que a presente proposta atende aos pressupostos de iniciativa e competência visto que o § 3º do artigo 27 da Constituição da República Federativa do Brasil, assim prevê, *in verbis*:

**Art. 27 -** O número de Deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.

(...)

§ 3º Compete às Assembleias Legislativas dispor sobre seu regimento interno, polícia e serviços administrativos de sua secretaria, e prover os respectivos cargos.

Ainda, a proposta encontra fundamento no artigo 54 da Constituição Estadual, o qual dispõe ser da Assembleia Legislativa a competência para a elaboração de seu Regimento Interno, *in verbis*:



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Comissão Executiva*



**Art. 54** Compete, privativamente, à Assembleia Legislativa:

(...)

II - elaborar o Regimento Interno;

No mesmo sentido, dispõe o §2º, inciso II do art. 121 do Regimento Interno, *in verbis*:

**Art. 121** A Assembleia exerce a sua função legislativa por via de Projetos de Lei, de Resoluções ou de Decretos Legislativos:

§ 1º - (...)

§2º - Os Projetos de Resolução destinam-se a regular as matérias de caráter político, administrativo e processual, sobre os quais deva a Assembleia pronunciar-se, exclusivamente em casos concretos, tais como:

(...)

II - matéria de natureza regimental;

(...)

Ademais, o art. 124 do Regimento Interno assevera que a iniciativa dos projetos compete a qualquer membro da Assembleia, conforme se verifica:

**Art. 124** A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Por sua vez, quanto ao mérito, a proposta pretende adequar o desenvolvimento da sociedade, criando uma Comissão de Revisão e Consolidação Legislativa, que visa o desenvolvimento técnico legislativo, no sentido de fiscalizar a funcionalidade e desburocratização do sistema normativo paranaense, tornando-o mais eficaz nos termos dos preceitos constitucionais.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Comissão Executiva



Assim sendo a presente proposição não encontra óbice no âmbito constitucional nem regimental.


**III – Conclusão**

Diante do exposto, verifica-se que a proposta visa aprimorar o Regimento Interno desta Casa, na medida em que contribui para a adequação e aperfeiçoamento das normas legais vigentes no Paraná.

Assim, esta Comissão Executiva opina de forma **FAVORÁVEL** ao presente Projeto de Resolução para inclusão do inciso **XXVI ao art. 30**, bem como do **art. 33-Z**, ambos no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

**É o parecer.**

Curitiba, em 4 de maio de 2015.



Deputado **ADEMAR LUIZ TRAIANO**  
Presidente



Deputado **PLAUTO MIRÓ**  
1º Secretário



Deputado **ADEMIR BIER**  
2º Secretário